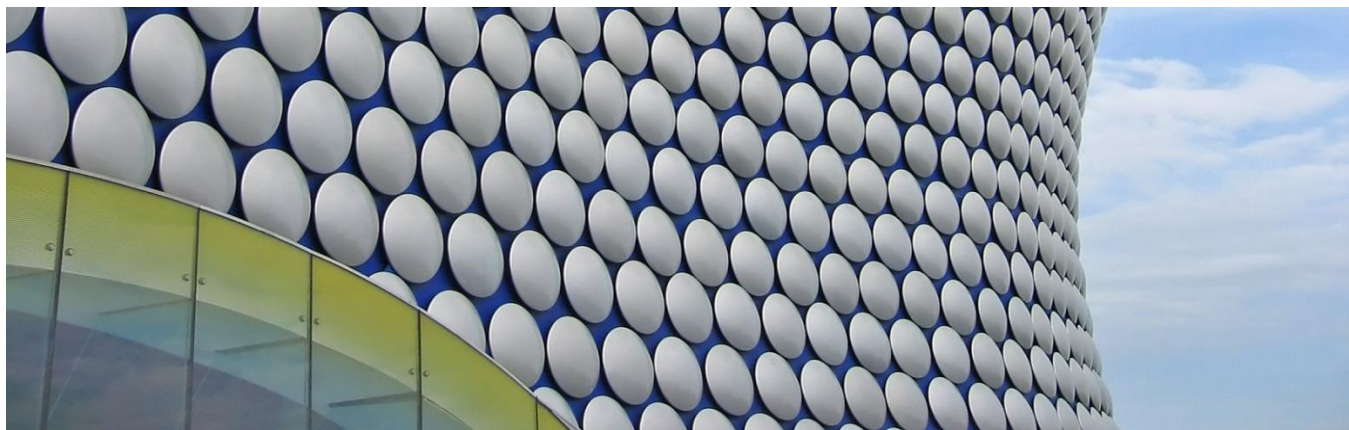


TAX LETTER - ANGOLA

7 Abril 2015/7th April 2015



AJUDAS DE CUSTO

A reforma do Código do Imposto sobre os Rendimentos do Trabalho (IRT) publicada pela Lei n.º 18/14, de 22 de Outubro, alterou a regulamentação sobre os subsídios não tributados em sede de IRT com impacto importante para as empresas sujeitas a Imposto Industrial e os respectivos trabalhadores.

De acordo com a actual legislação, apenas não são tributados os reembolsos «de despesas incorridas pelos trabalhadores dependentes de entidades sujeitas a imposto industrial ou a outros regimes especiais de tributação [por exemplo, os das indústrias petrolífera e mineira], quando deslocados ao serviço da entidade patronal, desde que estas despesas se encontrem devidamente documentadas nos termos do Código do Imposto Industrial e legislação complementar».

Na opinião da Mazars, esta redacção da Lei implica que as tradicionais ajudas de custo abonadas pelos empregadores aos seus trabalhadores, e que não sejam correspondentes a reembolsos de despesas documentadas em nome da entidade patronal, são tributáveis em sede de IRT.

Nesta situação, devem as empresas modificar as suas práticas e exigirem dos seus trabalhadores que as despesas de deslocação respectivas sejam devidamente documentadas através de facturas emitidas em nome das entidades patronais para garantir a dedução dos encargos e a não tributação dos trabalhadores em IRT.

REFUND OF EMPLOYEE EXPENSES

The reform of the Employment Income Tax (EIT) Code published by Law number 18/14, of 22nd October, changed the regulation of untaxed employee subsidies under the EIT with a significant impact for the companies subject to Corporate Income Tax and for the respective employees.

In accordance with the current legislation, the only refunds of employee expenses not subject to EIT are those incurred by dependent employees of entities subject Corporate Income Tax and other special taxation regimes [for example, those applicable to the oil & gas and mining industries], when displaced or travelling on employer's duties, providing such expenses are duly documented in accordance with the provisions of the Corporate Income Tax Code and complementary legislation.

In accordance with Mazars' opinion, this text of the Law means that the traditional employee allowances (ajudas de custo) paid by employers to their employees and that are not in respect of refunds of expenses duly documented in the name of the employer, are taxable under the EIT.

In these circumstances, the companies should modify their practices and require from their employees that the respective displacement and travelling expenses should be documented by means of invoices issued in the name of the respective employers to guarantee the deduction of the costs and the exclusion from taxation under the EIT of the employees.

COMO É QUE A MAZARS PODE AJUDAR?

Com as suas competências em assessoria fiscal e contabilística em Angola a Mazars disponibiliza aos seus clientes o aconselhamento necessário no cumprimento das obrigações fiscais e na correcta contabilização das operações realizadas.

HOW CAN MAZARS HELP?

With its competences in tax advisory services and in bookkeeping and accounting in Angola, Mazars makes available to clients the advice necessary for the tax compliance and for the accurate and complete bookkeeping of its transactions.

CONTACTOS

Mazars

José Silva Jorge
Tax Director
+351 935860230
E-mail: jjorge@mazars.pt

Paulo Busca
Tax Manager
+244 945046308
E-mail: pbusca@mazars.co.ao

Mais informações em
www.mazars.pt